



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

## NOTA DE IMPRENSA

### **Alfredo Gamito Exacerba as Competências da Comissão Central de Ética Pública**

#### **- Novo posicionamento do Ministro Carlos Mesquita é Problemático**

Alfredo Gamito referiu-se acerca do posicionamento da Comissão Central de Ética Pública (CCEP) que, segundo afirmou, não vê razões para a responsabilização do actual ministro dos Transportes e Comunicações (MTC), Carlos Mesquita, por ter incorrido na violação da Lei de Probidade Pública (LPP), referindo, como justificativa, que o acto por si celebrado em nome do Governo não causou danos patrimoniais ao Estado e o ministro fê-lo por falta de experiência.

Há que repudiar a postura do porta-voz da CCEP, que deve ser imaculada, na medida em que no rol das competências do órgão não se refere que o mesmo deva fazer juízos de valor, mas produzir deliberações acerca da sua percepção no que tange ao envolvimento de servidores públicos em actos que possam configurar ou configurem conflito de interesses. A atitude de Gamito representa uma forma de agir do órgão que não coaduna com o respeito escrupuloso da lei ao emitir juízos de valor, numa actuação que devia ser objectiva. Neste caso, o que se observa é que, ao verificar que Carlos Mesquita violou a LPP e que existe uma acção visando a anulação dos Memoranduns de Entendimento celebrados entre o Governo e a Cornelder, a CCEP se vem retratar da deliberação que produziu, minimizando a responsabilização que deve recair sobre o ministro.

A CCEP deve ater-se às suas competências estabelecidas na lei. O que se questiona ainda é se este posicionamento é do órgão ou apenas do seu porta-voz, Alfredo Gamito. De qualquer modo, num e noutro caso, o pronunciamento não colhe.

#### **Novo Posicionamento de Mesquita Continuará Problemático**

Carlos Mesquita refere que serão anulados os memoranduns de entendimento celebrados entre a Cornelder e o Governo de Moçambique, de que ele é membro. Acto contínuo, voltarão a ser assinados novos memoranduns de igual conteúdo e valor com a referida empresa, mas por outro membro do Governo.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Ora, Mesquita sai de uma questão problemática de envolvimento comprovado numa situação de conflito de interesses para outra que não irá conferir transparência à sua actuação. A verdade é que, embora seja outro membro do Governo que irá assinar os memoranduns em nome do Executivo, a implementação dos mesmos será feita pelo Ministério de que Mesquita é timoneiro. Daí que, de uma ou de outra forma, uma vez que o acto já praticado foi considerado ilegal, o que Mesquita pretende fazer será uma situação clara de “Fraude à Lei”. Isto é, praticar um acto lícito (anulação dos memoranduns) com a finalidade de obter um resultado ilícito (assinatura de novos memoranduns por outro Ministro, mas cuja gestão e materialização continuará na alçada de Carlos Mesquita como ministro dos Transportes e Comunicações).

A solução proposta por Mesquita não devolverá a transparência ao acto de Governo por ele praticado de forma ilegal, uma vez que a gestão e implementação dos memoranduns continuarão na alçada do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC).

Volta-se, por isso, a propor a solução que melhor dignificaria o Governo para se precaver de outras futuras actuações de Carlos Mesquita em conflito de interesses: a sua demissão do cargo por se encontrar numa situação de constantemente puder vir a se envolver em casos de semelhante natureza. O Presidente da República deve demitir imediatamente o actual Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita.